

**LEI MUNICIPAL Nº.: 3.435/2022, DE 22 DE MARÇO DE 2022.**

Altera o art. 1º da Lei Municipal Nº.:2.913/2013, de 11 de abril e dá outras providencias.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE IPAMERI, ESTADO DE GOIÁS**, aprova e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Altera o art. 1º da Lei Municipal nº 2.913/2013, que “Estabelece adequações da legislação Municipal relativa ao Conselho Tutelar à Lei Federal nº 12.696/12, e altera dispositivos da Lei Municipal nº 711/93, que “Altera dispositivos da Lei Municipal nº 507/91, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 1º-** O caput do art. 26 da Lei Municipal nº 711/93, que altera dispositivos da Lei Municipal nº 507/91, que “Dispõe sobre a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 26** - Os Conselheiros Tutelares perceberão remuneração mensal a título de gratificação, tomando por base o nível de vencimentos dos servidores municipais que exerçam cargo em comissão símbolo CDAS-6, de acordo como Anexo XVIII, da Lei Municipal nº: 3.422/2022, de 14 de fevereiro de 2022.”

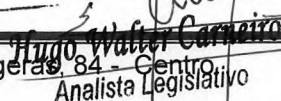
**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando, porém, a Lei Municipal Nº.: 3.099/2017.

**GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IPAMERI**, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março de 2022.



**JÂNIO PACHECO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

CERTIFICO que o referido Documento,  
nesta data, foi fixado e publicado no placar  
de costume da Câmara Municipal de Ipameri.  
Ipameri-GO, 30/03/2022



**Hugo Walter Carneiro**  
Analista Legislativo